

A questão indígena no Nordeste: A Educação diferenciada nas escolas das Aldeias Jaraguá e Monte- Mor

Autores

SILVA, Antonio Altino Oliveira da, SILVA, , Bruno Rodrigues da, SILVA, Jaqueline Higino da, SILVA, Juliele Higino da, SILVA, Jakeline de Oliveira da,
Co- autores

Antonio Mendes da, SILVA SOBRINHO, José Ciríaco, ARAÚJO
Maria das Graças da Silva

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Setor de Estudo e Assessoria aos Movimentos Populares-SEAMPO,
PROBEX 2012**

Resumo

O GT Indígena – SEAMPO/CCHLA/UFPB vem desenvolvendo discussões sobre a educação diferenciada nas escolas da rede Estadual e Municipal, das aldeias Monte Mor e Jaraguá no município de Rio Tinto/PB. A atividade de extensão desenvolvida que busca fundamentos teóricos e metodológicos, a partir das práticas pedagógicas destas escolas. As quais devem desenvolver em seu processo de ensino e aprendizagem a história, a cultura, a identidade e a cidadania do povo Potiguara. A prática extensionista tem como referencial a educação popular a qual promove o diálogo entre lideranças indígenas, políticas comunitária, gestores, professores e estudantes das escolas.

Palavras chaves: Educação, Cultura, Identidade

Introdução

O Grupo de Trabalho Indígena (GTI) iniciou as atividades de extensão em 1998 no município de Guarabira, em escolas da rede estadual e municipal com palestras educativas, com objetivo de desmitificar a imagem que a comunidade escolar tem dos índios. A partir destas atividades iniciamos discutindo a questão Indígena no Nordeste, tendo como foco principal a luta pela retomada dos territórios indígenas e a implementação de políticas públicas como direito a cidadania dos povos indígenas.

Atuamos também nas escolas da rede Municipal, Estadual e Privada de João Pessoa, além de atendermos demandas de organizações não governamentais.

Passando por um período de crise o GTI retoma as atividades de extensão voltadas para territórios indígenas, atuando na cidade de Rio de Tinto a princípio em uma escola da rede municipal onde índios e não índios participam do mesmo processo de ensino e aprendizagem. O município de Rio Tinto na sua história encontra-se a Companhia Tecidos Rio Tinto (CTRTR) que por muito tempo influenciou na economia e na estrutura urbana que reflete a hierarquia da fábrica.

Atualmente o município de Rio Tinto tem uma população de 23.431 habitantes, que ocupam 446 Km², parte do seu território está sobre três terras indígenas, identificadas ou demarcadas pela FUNAI, com uma população de 2.000 índios 10% da população do município que residem nas aldeias de Jaraguá e Monte –Mor. Com a decadência da companhia de tecidos a Universidade Federal da Paraíba instala parte do campus IV do litoral Norte.

Em 2009, desenvolvemos as atividades de extensão nas escolas de rede estadual das aldeias Jaraguá e Monte–Mor participando de oficinas pedagógicas com professores e ao mesmo tempo iniciando um processo de leituras sobre experiências de educação diferenciada que vem sendo desenvolvida em outras regiões do país.

Enquanto uma das questões indígenas do Nordeste a educação diferenciada trabalhada nas escolas das aldeias Jaraguá e Monte-Mor, no município de Rio Tinto, está em processo de implementação, necessitando desenvolver processos avaliativos que reflitam a preservação da identidade da cultura potiguara.

A temática é relevante por abordar a luta dos povos indígenas por seus territórios e pela fomentação de políticas públicas que contemplem uma qualidade de vida. Por isso justificamos as atividades extensionistas desenvolvida pelo projeto em seu caráter permanente com suas ações educativas e dinâmicas, que se dá em curto, médio e longo prazo.

Desenvolvimento

O movimento indígena tem buscado construir políticas públicas que contemplem os direitos da cidadania indígena como todo, com foco na educação diferenciada, onde os princípios culturais dos povos indígenas é o eixo principal. Como marco legal, a Constituição de 1988, reconhece a luta do movimento indígena, implantando a educação

indígena que passou a fazer parte da política educacional brasileira. Ainda existe no Brasil, a idéia generalizada e errônea de que os povos indígenas não possuem nenhum tipo de educação. Nada mais equivocado, posto que os saberes ancestrais sejam transmitidos oralmente de geração em geração, permitindo a formação de músicos, pintores, artesãos, ceramistas ou cesteiros, além de todos saberem cultivar a terra e a arte de caçar e pescar.

O que se tem produzido acerca da educação diferenciada que contemple a oralidade e a memória e às manifestações culturais dos povos indígenas. Cujas questões indígenas fundamentais estão na relação que se estabelecem entre índios e não índios na luta por interesses coletivos e individuais, como na preservação cultural e da identidade dos povos indígenas do Nordeste e, em particular, do povo Potiguara, na perspectiva de que seja criada uma corrente de pensamento que prevaleça os interesses comunitários fazendo valer a cidadania de todos.

No contexto tem se realizados estudos com diversos olhares sobre as palavras-chaves Educação e Diferenciada cujos conceitos nos oferecem elementos para problematizar a tema de estudo estamos envolvidos. A educação se define como um conjunto dos envolvidos na socialização dos indivíduos que participam de qualquer sistema cultural de um povo. Ao que se refere ao termo “diferenciado” é porque sua reflexão parte de cada povo indígena em particular. Mais também é chamada de educação escolar indígena que se considera aquela que é apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais necessários e desejáveis, a fim de contribuir e com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global.

A educação indígena pode ser analisada como uma estratégia de resistência desses povos. Assim, o ensino diferenciado se coloca como um instrumento tanto político-pedagógico quanto social. A busca por uma educação indígena requer mudanças em diretrizes, objetivos, currículos e programas mais adequados à realidade indígena. Além dessa mudança na estrutura pedagógica, a escola indígena é construída a partir da inter-relação entre professor, aluno, direção, lideranças e comunidade.

No Brasil, de acordo com dados disponibilizados pelo Censo Escolar Indígena de 2005, existem atualmente 2.324 escolas indígenas de ensino fundamental e médio, que atendem a 164 mil estudantes indígenas. Ao longo dos anos, alguns fatores contribuem para que a educação indígena seja apresentada como pauta de reivindicação

desses povos, a exemplo do crescimento populacional, a criação de cursos específicos de magistério indígena e criação de políticas de expansão da educação escolar indígena.

Considerações Finais

A temática do projeto está se propondo a desenvolver processos de avaliação nas escolas das aldeias Jaraguá e Monte- Mor, buscando compreender o que caracteriza uma escola indígena. E a educação diferenciada desenvolvida no ensino e na aprendizagem das escolas indígenas Dr. Guilherme da Silveira, Dr. José Lopes Ribeiro na aldeia Monte-Mor, e cacique Domingos Barbosa em Jaraguá, que nos propomos neste avaliar questões teórico-metodológicas, cujos princípios norteadores que estão na afirmação da cultura e identidade e da memória do povo Potiguara. No contexto construímos conhecimento de forma interdisciplinar com olhares de extensionistas (bolsistas, voluntários e técnicos) professores, estudantes das escolas já mencionadas.

Referências

FREIRE, Paulo & FAUDEZ, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

MONTEIRO, Lia Tavares. **Abaitetuba: centro cultural e comunitário potiguara**. Trabalho Monográfico.

Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998

SILVA, Aracy Lopes da, & FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **Práticas pedagógicas na escola indígena**. - São Paulo: Global, 2011.

MOONEN, Frans. “**A problemática atual dos Potiguaras e alternativas para o seu futuro.**” In: RICARDO, Carlos Alberto. (ed.) Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90. São Paulo: Cedi, 1991. 376-8. (Aconteceu Especial, 18).

_____ & MAIA, Luciano Mariz (orgs.). **Etnohistória dos Índios Potiguara**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992. 410 p.

GONÇALVES, Célia Regina. **Guerras e Açucares- Política e Economia na Capitania da Parayba- 1585-1630**.

BARCELLOS, Lusival. **Práticas Educativo-religiosas dos Potiguaras da Paraíba**. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB 2012.